

Comentários ao Estudo sobre Mobilidade dos Consumidores na Banca a Retalho em Portugal

Versão Preliminar para Consulta Pública

Ricardo Duque Gabriel¹

2 de março de 2026

Abstract

O presente documento constitui uma resposta à consulta pública lançada pela Autoridade da Concorrência (AdC) sobre o estudo *Mobilidade dos Consumidores na Banca a Retalho em Portugal* (fevereiro de 2026). O objetivo não é contestar as preocupações de fundo que motivam o estudo, pois a promoção da concorrência e do bem-estar dos consumidores no setor bancário são objetivos legítimos e importantes, mas sim submeter à AdC um conjunto de observações de natureza analítica, fundamentadas na literatura económica e financeira, que visam contribuir para o aperfeiçoamento das recomendações formuladas. Em particular, identificam-se quatro dimensões onde o raciocínio subjacente às recomendações poderá beneficiar de maior rigor conceptual: (i) a inferência causal entre mobilidade observada e intensidade concorrencial; (ii) a validade inferencial dos dados de inquérito para distinguir inércia comportamental de custos de mudança económicos; (iii) a interpretação dos relacionamentos bancários de longa duração e as implicações para o desenho de políticas de mobilidade; e (iv) o mecanismo causal que liga custos de mudança ao pass-through incompleto das taxas de política monetária e as suas implicações para a estabilidade financeira. O documento conclui com uma nota sobre a necessidade de um programa de investigação aplicada em Portugal, com dados Portugueses, que forneça à política de concorrência bancária a base empírica que atualmente lhe falta.

¹As opiniões expressas neste documento são exclusivamente da minha responsabilidade pessoal e não refletem as posições de qualquer outra pessoa ou entidade. The views expressed herein are my own personal views and do not reflect those of any other person or entity.

1 Introdução

O estudo da AdC representa uma contribuição relevante para a discussão sobre as condições de concorrência num setor de importância sistémica para a economia portuguesa. A preocupação central do documento é clara e legítima: se os consumidores enfrentam custos de pesquisa, comparação e mudança elevados, o poder de mercado dos bancos incumbentes é artificialmente amplificado, com efeitos negativos sobre a remuneração dos depósitos, o custo do crédito e o bem-estar agregado.

Os comentários que se seguem não pretendem questionar essa preocupação de fundo. Ao invés, visam submeter à consideração da AdC um conjunto de observações analíticas sobre a solidez das premissas e da cadeia de causalidade subjacente a algumas das principais afirmações e recomendações do estudo. Em vários casos, a literatura académica sugere que as relações causais são mais complexas do que o texto do estudo implica, que os factos documentados admitem interpretações alternativas igualmente plausíveis, ou que as recomendações propostas podem ter efeitos de segunda ordem não antecipados que merecem ser ponderados.

O objetivo é construtivo: ao identificar as dimensões onde o argumento pode ser reforçado ou complementado, espera-se contribuir para que as recomendações finais da AdC assentem numa base analítica mais robusta e, por essa via, sejam mais eficazes na promoção do bem-estar dos consumidores.

2 Mobilidade Baixa como Indicador de Concorrência Insuficiente: Uma Cautela Metodológica

A afirmação do estudo

O estudo enquadra os dados de imobilidade bancária, nomeadamente o facto de cerca de 89% dos inquiridos não terem mudado de conta principal nos últimos cinco anos, e de 69% não terem sequer pesquisado alternativas, como evidência de que o setor opera num contexto de “*limitada pressão concorrencial*”. Esta leitura fundamenta diretamente a urgência das recomendações formuladas.

O presente comentário não pretende contestar a preocupação de fundo: os padrões documentados no estudo, taxas de depósito a prazo sistematicamente abaixo da média da zona euro, concentração de mercado estável e superior à média europeia ponderada, e uma taxa de *churn* praticamente estacionária desde o estudo anterior da AdC e Banco de Portugal de 2009, são factos empiricamente relevantes e consistentes com poder de mercado. A observação que se segue é de natureza metodológica: a inferência direta *baixa mobilidade* $\Rightarrow$ *baixa concorrência* não é tão imediata como o estudo implica, e a sua validade depende de hipóteses sobre a dinâmica de preços que o estudo não verifica.

Problema analítico: competição *ex ante* e equilíbrio com custos de mudança

A teoria da organização industrial identifica um mecanismo que pode gerar baixa mobilidade em equilíbrio mesmo em mercados competitivos: a competição *ex ante* pela captação do cliente. Klemperer (1987) demonstrou formalmente que, num mercado com custos de mudança, o equilíbrio não implica mobilidade elevada em cada período, implica antes uma competição intensa pela *captação inicial*, seguida de uma relação de relativo *lock-in*. Farrell and Klemperer (2007) sublinham que custos de mudança elevados podem até intensificar a concorrência na fase de aquisição, gerando benefícios para consumidores que ainda não estabeleceram relação bancária.

Formalmente, considere um modelo de dois períodos com n bancos simétricos, onde cada consumidor escolhe banco no período 1 e, no período 2, enfrenta um custo de mudança $s \geq 0$. O banco i maximiza o lucro intertemporal:

$$\max_{r_i^1, r_i^2} \Pi_i = \underbrace{(r^M - r_i^1) D_i^1(r_i^1)}_{\text{lucro do período 1}} + \delta \underbrace{(r^M - r_i^2) D_i^2(r_i^2; s, D_i^1)}_{\text{lucro do período 2}} \quad (1)$$

onde r^M é a taxa de mercado, r_i^t a taxa de depósito oferecida no período t , D_i^t a procura de depósitos, e $\delta \in (0, 1)$ o fator de desconto. O equilíbrio gera dois efeitos de sentido oposto sobre as taxas de depósito:

- (i) **Efeito de investimento:** no período 1, a competição é mais agressiva porque cada banco antecipa rendas futuras de *lock-in*, comprimindo $r^M - r_i^1$ e beneficiando os novos clientes;
- (ii) **Efeito de exploração:** no período 2, o banco explora a base instalada, ampliando $r^M - r_i^2$ acima do nível competitivo estático, penalizando os clientes retidos.

O efeito líquido sobre o bem-estar intertemporal é ambíguo: depende da elasticidade da procura, da distribuição de s e da taxa de desconto. Kim et al. (2003) estimaram custos de mudança da ordem de grandeza de um ano de pagamentos de juro no setor bancário norueguês, e documentam evidência de competição *ex ante* que compensa parcialmente o *lock-in* ex post. Ioannidou and Ongena (2010), com dados da Bolívia, documentam condições de crédito especialmente favoráveis aos novos clientes, evidência direta de competição *ex ante* mesmo na presença de imobilidade ex post.

Implicação e recomendação

A relevância deste mecanismo para o caso português é uma questão empírica aberta. O padrão observado, concentração estável, *churn* estacionário e taxas de depósito persistentemente inferiores à média da zona euro, é consistente tanto com poder de mercado real como com um equilíbrio de competição *ex ante* seguida de exploração, cujo efeito líquido

pode ser neutro ou positivo para o bem-estar intertemporal do consumidor. Distinguir entre estas hipóteses exige evidência sobre os preços efetivamente pagos ao longo do ciclo de vida da relação bancária, nomeadamente se os consumidores de bancos incumbentes pagam taxas de depósito superiores ou inferiores às dos clientes novos, após controlar para características de risco.

Evidência sobre a diferenciação de preços entre clientes novos e retidos — obtida, por exemplo, através de regressões de taxas de depósito e spreads de crédito sobre a duração da relação usando dados administrativos do Banco de Portugal, inspirado na abordagem de [Ioannidou and Ongena \(2010\)](#) — constituiria o teste diagnóstico mais direto para distinguir poder de mercado de competição ex ante com lock-in.

3 Inferência a Partir de Dados de Inquérito: Inércia Comportamental ou Custos de Mudança Económicos?

A afirmação do estudo

O estudo apoia em larga medida as suas conclusões num inquérito a 1.100 consumidores. Entre os resultados citados, destaca-se a afirmação de que *“um conjunto significativo de consumidores fundamenta a ausência de mudança com razões que refletem um contexto de fraca mobilidade e de limitada pressão concorrencial no setor, e não exclusivamente numa preferência ativa pelo banco atual”*. Esta inferência é central para distinguir entre preferências genuínas e custos de mudança distorcivos com implicações diretas para a justificação das recomendações.

Problema analítico: inércia racional, inércia comportamental e custos de mudança

A literatura de economia comportamental e de finanças estabelece uma distinção crucial entre três fenómenos que podem gerar o mesmo comportamento observado da não mudança de banco mas que têm implicações de política radicalmente diferentes:

- (i) **Preferência genuína pelo banco atual:** o consumidor avaliou as alternativas e concluiu que o seu banco oferece a melhor proposta de valor ajustada ao risco e aos serviços de conveniência. Não existe falha de mercado.
- (ii) **Custos de mudança económicos:** o consumidor reconhece que existem alternativas melhores, mas os custos de pesquisa, contratação e transferência excedem o ganho esperado. Política ótima: reduzir s da equação (1).
- (iii) **Inércia comportamental:** o consumidor não avalia alternativas por razões de *status quo bias*, excesso de confiança, miopia temporal ou atenção limitada, mesmo quando a mudança seria benéfica e os custos de mudança são baixos. Política ótima: intervenção sobre o processo de escolha.

Agarwal et al. (2009), num estudo abrangente sobre decisões financeiras ao longo do ciclo de vida, documentam que erros de escolha financeira, sobre taxas de crédito, gestão de cartão e outros produtos com estruturas de preço complexas, são sistemáticos e prevalentes na população adulta, com padrões de variação etária que sugerem componentes cognitivos independentes dos custos de mudança formais. DellaVigna and Malmendier (2004) demonstram que empresas desenham contratos para explorar o viés de presente dos consumidores (*present bias*), levando-os a sobrestimar a sua utilização futura de produtos com custos variáveis. Gabaix and Laibson (2006) teorizam sobre como os atributos “encobertos” dos produtos financeiros exploram a miopia dos consumidores, gerando inatividade não por custos de mudança mas por enviesamentos cognitivos na atenção a preços complexos. Grubb (2015) documenta que consumidores financeiros sobrestimam sistematicamente a sua racionalidade futura, optando por contratos que ex post se revelam subótimos.

O problema metodológico central na análise do inquérito da AdC é o viés de racionalização *post hoc*: quando interrogados sobre os motivos da não-mudança, os consumidores tendem a construir narrativas racionais compatíveis com o seu comportamento passado, mesmo quando esse comportamento decorreu de atenção limitada ou inércia — a justificação declarada não é um registo fiável do processo cognitivo que gerou o comportamento observado.

Formalmente, considere que o consumidor i não mudou de banco. A sua resposta ao inquérito reflete uma variável latente m_i^* que pode ser decomposta como:

$$m_i^* = \underbrace{\alpha_i}_{\text{preferência genuína}} + \underbrace{\beta s_i}_{\text{custo de mudança}} + \underbrace{\gamma_i}_{\text{inércia comportamental}} + \varepsilon_i \quad (2)$$

O inquérito mede apenas a justificação declarada, que é função não identificável de α_i , βs_i , e γ_i . Sem uma estratégia de identificação separada, por exemplo, variando exogenamente s_i e observando as mudanças de comportamento, ou usando dados de painelados para explorar a heterogeneidade intra-individual ao longo do tempo, não é possível distinguir entre os três componentes.

Esta distinção importa para a política. Se predomina α_i (preferência genuína), a AdC não deve intervir. Se predomina βs_i (custos de mudança), as recomendações da AdC são adequadas. Se predomina γ_i (inércia comportamental), as políticas ótimas são diferentes, envolvem intervenção sobre a arquitetura de escolha, notificações automáticas de alternativas melhores, e opt-out em vez de opt-in, como sugerido pela literatura de *nudge* e arquitetura de escolha, e complementado pelo trabalho de Lusardi and Mitchell (2014) sobre como défices de literacia financeira amplificam a inatividade comportamental.

Esta preocupação é particularmente relevante no contexto português. Ferreira et al. (2026), num ensaio controlado aleatorizado de grande escala ligado à Central de Responsabilidades de Crédito, documentam que uma intervenção de educação financeira de dez horas aplicada a mais de dez mil participantes em Portugal produziu melhorias significativas no conhecimento financeiro e no comportamento de gestão de dívida. A evidência sugere que défices de literacia financeira em Portugal são não apenas prevalentes mas também tratáveis, o que reforça o argumento de que uma componente de inatividade bancária

pode refletir limitações cognitivas corrigíveis através de políticas de educação financeira, complementando as medidas de redução de custos de mudança propostas pela AdC.

Interpretação alternativa e recomendação

A AdC deveria considerar que as implicações de política diferem substancialmente consoante o mecanismo dominante. Políticas de redução de custos de mudança (Recomendações 7–9) são adequadas se βs_i domina. Mas se γ_i (inércia) domina, a eficácia dessas políticas será limitada: a simples disponibilização de ferramentas de comparação (Recomendações 1–3) não resolve o problema de atenção limitada. Nesse caso, políticas de arquitetura de escolha, como a notificação automática de alternativas mais rentáveis, a comparação personalizada enviada pelo próprio banco ou regimes de opção automática em produtos de poupança competitivos, teriam maior eficácia. Um programa de investigação que distingam empiricamente os três mecanismos é condição necessária para o design eficaz das políticas.

4 Longevidade da Relação Bancária: Lock-In Distorcivo ou Capital Informacional?

A afirmação do estudo

O estudo documenta que, em dezembro de 2024, cerca de 56% das contas de depósito à ordem tinham mais de dez anos de existência, e 32% ultrapassavam os vinte anos. Este facto é apresentado como evidência do poder de *lock-in* dos bancos incumbentes, dificultando a entrada de novos operadores e limitando a mobilidade dos consumidores. A longevidade é enquadrada predominantemente como um sintoma de rigidez concorrencial.

Problema analítico: capital informacional e os seus limites no retalho

A interpretação das relações bancárias de longa duração como necessariamente prejudiciais ao consumidor ignora um mecanismo com suporte teórico e empírico sólido: a acumulação de capital informacional ao longo da relação. Na tradição da intermediação financeira com assimetria de informação (Diamond, 1984), a observação continuada do comportamento financeiro do cliente, histórico de pagamentos, gestão de liquidez, sazonalidade de rendimentos, permite ao banco mitigar progressivamente os problemas de seleção adversa (Stiglitz and Weiss, 1981), gerando um excedente informacional que pode beneficiar o cliente sob a forma de melhor acesso e melhores condições de crédito.

É necessário reconhecer, contudo, que a evidência empírica mais robusta sobre este mecanismo, nomeadamente Petersen and Rajan (1994) e Berger and Udell (1995), foi obtida com dados de empresas, não de consumidores de retalho. A relevância direta desta literatura para o contexto do estudo da AdC é, portanto, limitada: os produtos analisados, contas à ordem, depósitos a prazo, crédito à habitação, são relativamente padronizados, e

a assimetria de informação entre banco e consumidor é estruturalmente menor do que na relação entre banco e empresa. Não obstante, o mecanismo não é irrelevante em retalho. Um banco que acompanha o comportamento financeiro de um consumidor durante quinze anos dispõe de informação sobre o seu perfil de risco, estabilidade de rendimento e disciplina financeira que um banco novo não possui, informação essa que pode traduzir-se em condições de crédito mais favoráveis ou em menor exigência de garantias, particularmente para consumidores com rendimentos irregulares ou histórico de crédito limitado.

Este argumento é formalizado no *trade-off* de [Rajan \(1992\)](#) entre benefício informacional e renda de *hold-up*, que posso estilizar da seguinte forma:

$$V_{\text{relação}} = \underbrace{B(d, \theta)}_{\text{benefício informacional}} - \underbrace{H(d, \mu)}_{\text{renda de hold-up}} \quad (3)$$

onde d denota a duração da relação, θ a qualidade da informação acumulada ($\partial\theta/\partial d > 0$), e μ o poder de mercado do banco (crescente na concentração). O sinal de $V_{\text{relação}}$ é ambíguo: em mercados mais concentrados, H tende a dominar; em mercados mais competitivos, B pode prevalecer ([Boot, 2000](#)). No contexto português, caracterizado por concentração moderadamente elevada e persistente, é plausível que H tenha peso relevante, o que é consistente com a preocupação central do estudo. Mas a magnitude relativa dos dois termos é uma questão empírica, não uma conclusão que se retira diretamente dos dados de mobilidade.

Implicação de política: portabilidade de dados como alternativa às fricções de mobilidade

O reconhecimento do capital informacional como componente real da relação bancária tem uma implicação de política que o estudo não considera explicitamente: a forma mais eficiente de promover a mobilidade pode não ser simplesmente reduzir as fricções de mudança de conta, o que potencialmente destrói o capital informacional acumulado junto do banco de origem, mas assegurar que esse capital é *portátil*, ou seja, que o consumidor o pode transportar consigo para um novo banco.

É precisamente esta a lógica subjacente às iniciativas de *open banking* no quadro da Diretiva 2015/2366/UE (PSD2) e, principalmente, da proposta de Regulamento de Dados Financeiros (FIDA). Se o histórico transaccional, o comportamento de crédito e o perfil de liquidez do consumidor são acessíveis a novos bancos mediante consentimento, a mobilidade deixa de implicar a perda do excedente informacional. O banco novo pode avaliar o risco do consumidor com informação equivalente à do banco incumbente, eliminando a vantagem informacional que constitui a componente B do *lock-in* e tornando o custo de mudança efetivo mais próximo do custo puramente operacional.

Neste enquadramento, as Recomendações 7 a 9 do estudo, relativas ao serviço de mudança de conta, à portabilidade de IBAN e ao alargamento do SPIN, são complementares mas insuficientes: actuam sobre os custos operacionais de mudança sem resolver a assime-

tria informacional que ancora o consumidor ao banco incumbente. Uma recomendação adicional no sentido de acelerar a implementação de mecanismos de partilha de dados financeiros com base em *open banking*, nomeadamente a transposição e implementação efetiva do quadro FIDA quando aprovado, teria potencial de promoção da mobilidade superior e mais duradouro, precisamente porque atua sobre o mecanismo informacional e não apenas sobre as fricções administrativas.

5 Custos de Mudança e Pass-Through Incompleto das Taxas de Política: Causalidade ou Correlação?

A afirmação do estudo

O estudo documenta que as taxas de depósito em Portugal se situam sistematicamente abaixo da média da zona euro, e enquadra este facto como evidência de que a baixa mobilidade dos consumidores confere poder de mercado aos bancos incumbentes, contribuindo para um pass-through incompleto das taxas do BCE para a remuneração dos depósitos. O estudo reconhece, em termos gerais, que outros fatores podem contribuir para este fenómeno, mas o seu enquadramento narrativo trata os custos de mobilidade como mecanismo primário sem quantificar a sua contribuição dos demais determinantes.

Problema analítico: canais alternativos do pass-through incompleto

O pass-through incompleto de taxas de política monetária para taxas de depósito é um fenómeno amplamente documentado na literatura e não é exclusivo de mercados com mobilidade reduzida. [Drechsler et al. \(2017\)](#) demonstram, num modelo teórico e com evidência para os EUA, que os depósitos bancários constituem um bem diferenciado que incorpora serviços de conveniência, liquidez, acesso à rede de pagamentos, segurança, para os quais não existe substituto perfeito nos mercados monetários. A função de utilidade do consumidor pode ser escrita de forma reduzida como:

$$U_i = u(c_i) + \phi v(d_i) + r^d d_i \quad (4)$$

onde d_i representa o volume de depósitos, r^d a taxa de remuneração, e $\phi v(d_i)$ o valor dos serviços de conveniência com $\phi > 0$. A condição de primeira ordem para a escolha do consumidor é:

$$\phi v'(d_i^*) + r^d = r^M \quad (5)$$

onde r^M é a taxa alternativa do mercado monetário. Isto implica que, no equilíbrio, o consumidor aceita $r^d < r^M$ em montante igual ao valor marginal dos serviços de conveniência:

$r^M - r^d = \phi v'(d_i^*)$. O pass-through é, portanto, estruturalmente incompleto mesmo na ausência de poder de mercado, porque os depósitos não são substitutos perfeitos de ativos do mercado monetário. [Drechsler et al. \(2017\)](#) documentam adicionalmente que o poder de mercado local *amplifica* o efeito, o que significa que a baixa concorrência pode contribuir para o pass-through incompleto, mas não é a sua única causa.

[Hannan and Berger \(1991\)](#) e [Neumark and Sharpe \(1992\)](#) documentaram empiricamente que as taxas de depósito respondem de forma assimétrica às variações nas taxas de política: mais lentamente quando estas sobem do que quando descem, e que este padrão é atenuável mas não eliminado pelo aumento da concorrência. [Van Leuvensteijn et al. \(2013\)](#), num estudo sobre a zona euro, documentam que mercados bancários mais competitivos têm pass-through mais elevado, mas o efeito quantitativo é moderado e coexiste com pass-through estruturalmente incompleto mesmo nos mercados mais competitivos. [Gambacorta \(2008\)](#) mostra que fatores de balanço, nomeadamente o rácio de capitalização, a qualidade dos ativos e a estrutura de financiamento, são determinantes igualmente ou mais importantes do pass-through do que a estrutura de mercado local. [Gabriel et al. \(2025\)](#) argumentam que o próprio deposit franchise value de cada banco pode explicar parcialmente pass-through incompletos.

Interpretação alternativa e recomendação

O pass-through incompleto das taxas de política monetária para as taxas de depósito é um fenómeno multicausal. Entre os fatores concorrentes figuram: a diferenciação dos depósitos como bens com serviços de conveniência; a posição de liquidez dos bancos, com rácios de cobertura e de transformação que o próprio estudo reconhece serem elevados em Portugal; a estrutura de financiamento e dependência de depósitos de retalho face ao financiamento grossista; e, possivelmente, o poder de mercado decorrente de custos de mudança. Isolar a contribuição deste último fator exige uma estratégia de identificação que o estudo não apresenta.

Uma agenda de investigação mais robusta poderia explorar variação regional ou temporal na mobilidade bancária como variável instrumental para estimar o efeito causal dos custos de mudança sobre o pass-through, metodologia conceptualmente próxima da utilizada por [Van Leuvensteijn et al. \(2013\)](#) para o efeito da concentração.

6 Nota Conclusiva: Por uma Base Empírica Mais Robusta na Política de Concorrência Bancária em Portugal

Os comentários apresentados neste documento partilham uma preocupação comum: o estudo da AdC formula recomendações de política relativamente ambiciosas com base em evidência que, embora factualmente relevante, pode não ser considerada suficiente para estabelecer algumas das cadeias causais que as sustentam. Esta limitação não é acidental, nem responsabilidade da AdC, pois reflete uma lacuna estrutural mais profunda. Portugal não dispõe de um programa de investigação sistematizada sobre o funcionamento do seu

mercado bancário de retalho que possa servir de base empírica à política de concorrência. A generalidade dos estudos citados, tanto no documento da AdC como neste comentário, são estrangeiros.

Esta situação é desnecessária. Portugal possui infraestruturas de dados administrativos bancários de qualidade, nomeadamente a Central de Responsabilidades de Crédito e a informação reportada ao Banco de Portugal ao abrigo de FINREP e COREP, que estão subaproveitadas na investigação académica sobre concorrência bancária. As questões centrais identificadas neste comentário, a magnitude dos custos de mudança, a dinâmica de preços ao longo do ciclo de vida da relação bancária, a decomposição entre inércia comportamental e custos económicos, e o contributo causal da mobilidade para o pass-through das taxas de depósito, são todas empiricamente identificáveis com estes dados, recorrendo a metodologias já estabelecidas na literatura internacional.

A recomendação principal deste documento é, portanto, que a AdC, em colaboração com o Banco de Portugal e a academia portuguesa e internacional, invista na criação de um programa de investigação aplicada sobre o mercado bancário de retalho em Portugal, com acesso a dados administrativos individualizados. Outros países na Europa, onde as autoridades de concorrência financiam e co-produzem investigação académica sobre as indústrias que regulam, constituem um modelo de referência. Políticas eficazes requerem diagnósticos precisos, e o investimento em evidência é condição necessária para que as recomendações definitivas sejam calibradas sobre a melhor base disponível.

References

- Agarwal, S., Driscoll, J. C., Gabaix, X., and Laibson, D. (2009). The age of reason: Financial decisions over the life cycle and implications for regulation. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2009(2):51–101.
- Berger, A. N. and Udell, G. F. (1995). Relationship lending and lines of credit in small firm finance. *Journal of Business*, 68(3):351–381.
- Boot, A. W. (2000). Relationship banking: What do we know? *Journal of Financial Intermediation*, 9(1):7–25.
- DellaVigna, S. and Malmendier, U. (2004). Contract design and self-control: Theory and evidence. *Quarterly Journal of Economics*, 119(2):353–402.
- Diamond, D. W. (1984). Financial intermediation and delegated monitoring. *Review of Economic Studies*, 51(3):393–414.
- Drechsler, I., Savov, A., and Schnabl, P. (2017). The deposits channel of monetary policy. *Quarterly Journal of Economics*, 132(4):1819–1876.
- Farrell, J. and Klemperer, P. (2007). Coordination and lock-in: Competition with switching costs and network effects. In Armstrong, M. and Porter, R., editors, *Handbook of Industrial Organization*, volume 3, pages 1967–2072. Elsevier.

- Ferreira, M. A., Mendes, D., and Silva, A. F. (2026). The impact of financial literacy: Evidence from a randomized trial linked to administrative data. Working Paper, SSRN 5377529.
- Gabaix, X. and Laibson, D. (2006). Shrouded attributes, consumer myopia, and information suppression in competitive markets. *Quarterly Journal of Economics*, 121(2):505–540.
- Gabriel, R. D., Li, Z., and Uppal, A. (2025). The deposit franchise and the risk-taking channel of monetary policy.
- Gambacorta, L. (2008). How do banks set interest rates? *European Economic Review*, 52(5):792–819.
- Grubb, M. D. (2015). Failing to choose the best price: Theory, evidence, and policy. *Review of Industrial Organization*, 47(3):303–340.
- Hannan, T. H. and Berger, A. N. (1991). The rigidity of prices: Evidence from the banking industry. *American Economic Review*, 81(4):938–945.
- Ioannidou, V. and Ongena, S. (2010). “Time for a change”: Loan conditions and bank behavior when firms switch banks. *Journal of Finance*, 65(5):1847–1877.
- Kim, M., Kliger, D., and Vale, B. (2003). Estimating switching costs: The case of banking. *Journal of Financial Intermediation*, 12(1):25–56.
- Klemperer, P. (1987). Markets with consumer switching costs. *Quarterly Journal of Economics*, 102(2):375–394.
- Lusardi, A. and Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1):5–44.
- Neumark, D. and Sharpe, S. A. (1992). Market structure and the nature of price rigidity: Evidence from the market for consumer deposits. *Quarterly Journal of Economics*, 107(2):657–680.
- Petersen, M. A. and Rajan, R. G. (1994). The benefits of lending relationships: Evidence from small business data. *Journal of Finance*, 49(1):3–37.
- Rajan, R. G. (1992). Insiders and outsiders: The choice between informed and arm’s-length debt. *Journal of Finance*, 47(4):1367–1400.
- Stiglitz, J. E. and Weiss, A. (1981). Credit rationing in markets with imperfect information. *American Economic Review*, 71(3):393–410.
- Van Leuvensteijn, M., Sørensen, C. K., Bikker, J. A., and Van Rixtel, A. A. (2013). Impact of bank competition on the interest rate pass-through in the euro area. *Applied Economics*, 45(11):1359–1380.